



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10980.930005/2009-72
Recurso Voluntário
Acórdão nº 3201-007.571 – 3ª Seção de Julgamento / 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 19 de novembro de 2020
Recorrente LEOGAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)

Período de apuração: 01/10/2004 a 31/12/2004

IPI. COMPENSAÇÃO ELETRÔNICA. CRÉDITOS. FORNECEDORES OPTANTES PELO SIMPLES.

A legislação em vigor não permite o creditamento do IPI calculado pelo contribuinte sobre aquisições de estabelecimento optantes pelo SIMPLES.

IPI. COMPENSAÇÃO ELETRÔNICA. ESTABELECIMENTO EMITENTE DE NOTA FISCAL NA SITUAÇÃO DE CANCELADO/BAIXADO NO CADASTRO CNPJ.

As aquisições de insumos de estabelecimento em situação de CNPJ cancelado/baixado não ensejam direito à fruição de crédito do IPI.

RESSARCIMENTO DE CRÉDITOS DE IPI. SALDO CREDOR.

O valor do saldo credor passível de ressarcimento em um dado trimestre deve refletir o saldo efetivamente acumulado no trimestre, descontados os valores de pedidos de ressarcimento/compensação relativos a trimestres anteriores, e limitado ao menor saldo credor apurado entre o encerramento do trimestre e a data de apresentação do pedido.

SALDO CREDOR RESSARCÍVEL DO PERÍODO ABSORVIDO POR DÉBITOS DO PERÍODO SUBSEQUENTE. MENOR SALDO CREDOR.

Sendo o saldo credor ressarcível do período do ressarcimento absorvido por débitos dos períodos subsequentes não há direito creditório a ser reconhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Roberto Duarte Moreira - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Leonardo Vinicius Toledo de Andrade - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Hélcio Lafeté Reis, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Mara Cristina Sifuentes, Laércio Cruz Uliana Junior, Marcos Antonio Borges (suplente convocado), Márcio Robson Costa, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima e Paulo Roberto Duarte Moreira (Presidente).

Relatório

Por retratar com fidelidade os fatos, adoto, com os devidos acréscimos, o relatório produzido em primeira instância, o qual está consignado nos seguintes termos:

“O estabelecimento acima identificado apresentou PER/DCOMP com demonstrativo de crédito n.º 16530.78722.150602.1.3.01-0921 e solicitou compensação de tributos. Em Despacho Decisório Eletrônico de 21/09/2009, n.º de rastreamento 846598397 (fls. 02/07), foi homologada parcialmente a compensação declarada. O valor do crédito reconhecido foi inferior ao solicitado/utilizado em razão de:

a) ocorrência de glosa de créditos considerados indevidos (na Relação de Notas Fiscais com Créditos Indevidos encontram-se os seguintes motivos de irregularidade dos créditos: estabelecimentos emitentes das NFs não cadastrados no CNPJ ou na situação de CANCELADOS no cadastro CNPJ ou empresas emitentes das NFs optantes do SIMPLES); e

b) pela constatação de utilização integral ou parcial, na escrita fiscal, do saldo credor passível de ressarcimento em períodos subsequentes ao trimestre em referência, até a data da apresentação do PER/DCOMP.

Cientificado do DDE em 30/09/2009 (fls. 08), o contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade em 30/10/2009 (fls. 168/170).

Em suas razões alude que no Despacho Decisório em referência, o pedido foi em parte indeferido por se considerar que o valor do crédito reconhecido era inferior ao solicitado ou utilizado sob o pretenso fundamento de que as notas fiscais dos créditos não eram hábeis a embasar o pleito e havia incongruências nos números dos CNPJ das emitentes das respectivas notas. Entretanto, o contribuinte não aceita esses entendimentos, pois, conforme demonstrariam documentos anexados em sua manifestação, as NFs não apresentam qualquer irregularidade, tampouco há problemas com os respectivos CNPJ. Finaliza requerendo que sua manifestação seja processada e julgada para o fim de ser deferido integralmente o pedido de ressarcimento do IPI nos moldes em que originalmente pleiteado. Junta documentos: Comprovantes de Inscrição e de Situação Cadastral do CNPJ e cópias de NFs (fls. 191/223).”

A decisão recorrida julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade e apresenta a seguinte ementa:

“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Período de apuração: 01/10/2004 a 31/12/2004

COMPENSAÇÃO ELETRÔNICA. ESTABELECIMENTO EMITENTE DE NF NA SITUAÇÃO DE CANCELADO/BAIXADO NO CADASTRO CNPJ.

As aquisições de insumos de estabelecimento em situação de CNPJ cancelado/baixado não ensejam direito à fruição de crédito do IPI.

COMPENSAÇÃO ELETRÔNICA. ESTABELECIMENTO EMITENTE DE NF OPTANTE DO SIMPLES.

As aquisições de insumos de estabelecimento optante pelo SIMPLES não ensejam direito à fruição de crédito do IPI.

RESSARCIMENTO DE CRÉDITOS DE IPI. SALDO CREDOR RESSARCÍVEL DO PERÍODO PARCIALMENTE ABSORVIDO POR DÉBITOS DE PERÍODO SUBSEQUENTE.

O valor do ressarcimento limita-se ao menor saldo credor apurado entre o encerramento do trimestre e o período de apuração anterior ao da protocolização do pedido. Sendo o saldo credor do período do ressarcimento parcialmente absorvido por débitos de trimestres subsequentes, glosa-se o valor utilizado.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido”

O Recurso Voluntário foi interposto de forma hábil e tempestiva contendo, em breve síntese, que:

- (i) o processo administrativo fiscal é regido pelo princípio do formalismo moderado;
 - (ii) as bases de sua alegação se encontram na própria decisão impugnada, mesmo que não especificamente indicadas;
 - (iii) é imprescindível que seja analisada com maior minúcia a absoluta ausência de fundamentação fática de tudo aquilo que levou ao DDE e que se leve em consideração a ausência de prejuízo doloso ao erário;
 - (iv) mesmo que se admitisse que as compensações não obedeceram à melhor técnica – o que se aceita apenas por apego à argumentação, os valores já haviam sido, de alguma forma, recolhidos;
 - (v) não há razão para que qualquer pagamento seja refeito, máxime por ser vedado *bis in idem*;
 - (vi) é vedado ao Poder Público o enriquecimento sem causa e que não é possível admitir que o fato de as empresas fornecedoras estarem enquadradas no Simples impeça a utilização do crédito;
 - (vii) as notas fiscais e os CNPJ's não apresentam qualquer problema; e
 - (viii) o acórdão apresenta erro de julgamento.
- É o relatório.

Voto

Conselheiro Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Relator.

O Recurso Voluntário é tempestivo e reúne os demais pressupostos legais de admissibilidade, dele, portanto, tomo conhecimento.

Improcedem os argumentos recursais, estando correta a decisão recorrida.

Com relação ao alegado direito de crédito do IPI sobre aquisições de insumos, a legislação impede tal apropriação quando efetivadas de empresas enquadradas no regime SIMPLES.

O texto legal vigente à época dos fatos era a Lei n.º 9.317/1996, que assim regia a matéria:

“Art. 5º O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, dos seguintes percentuais:

(...)

§ 5º A inscrição no SIMPLES veda, para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem assim a apropriação ou a transferência de créditos relativos ao IPI e ao ICMS.”

Tal vedação foi mantida na Lei Complementar nº 123/2006 (art. 23), *in verbis*:

“Art. 23. As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não farão jus à apropriação nem transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.”

A vedação ao crédito também estava prevista no art. 166 do Regulamento do IPI - RIPI/2002 (Decreto nº 4.544/2002) e reproduzida no art. 228 do RIPI/2010 (Decreto nº 7.212/2010). Vejamos:

“Art. 166. As aquisições de produtos de estabelecimentos optantes pelo SIMPLES, de que trata o art. 117, não ensejarão aos adquirentes direito a fruição de crédito de MP, PI e ME (Lei nº 9.317, de 1996, art. 5º, § 5º).”

“Art. 228. As aquisições de produtos de estabelecimentos optantes pelo Simples Nacional, de que trata o art. 177, não ensejarão aos adquirentes direito a fruição de crédito do imposto relativo a matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23, **caput**).”

Tem-se, então, que a legislação aplicável ao caso, veda de modo expreso o direito a fruição de crédito nas aquisições de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem de estabelecimentos optantes pelo SIMPLES.

A jurisprudência deste Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF é pacífica pela vedação do creditamento do IPI sobre aquisições de estabelecimentos optantes pelo SIMPLES.

Ilustra-se o posicionamento com os seguintes precedentes:

“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)

Período de apuração: 01/01/2003 a 31/03/2003

IPI. CRÉDITOS. FORNECEDORES OPTANTES PELO SIMPLES.

A legislação em vigor não permite o creditamento do IPI calculado pelo contribuinte sobre aquisições de estabelecimento optantes pelo SIMPLES.” (Processo nº 10660.900249/2011-68; Acórdão nº 3002-001.236; Relatora Conselheira Sabrina Coutinho Barbosa; sessão de 08/04/2020)

“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)

Período de apuração: 01/01/2006 a 31/03/2006

RESSARCIMENTO. GLOSA DE CRÉDITOS. EMPRESA EMITENTE DA NOTA FISCAL OPTANTE PELO SIMPLES.

São insuscetíveis de aproveitamento na escrita fiscal os créditos concernentes a notas fiscais de aquisição de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem emitidos por empresas optantes pelo SIMPLES, nos termos de vedação legal expressa e mantém-se a glosa de crédito do IPI cujo CNPJ emitente da nota fiscal consta dos sistemas da RFB como optante pelo Simples à época da aludida emissão.” (Processo nº 10920.903039/2010-32; Acórdão nº 3003-000.947; Relator Conselheiro Márcio Robson Costa; sessão de 10/03/2020)

“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)

Período de apuração: 01/04/2007 a 30/06/2007

IPI. CRÉDITOS. FORNECEDORES OPTANTES PELO SIMPLES.

A legislação em vigor não permite o creditamento do IPI calculado pelo contribuinte sobre aquisições de estabelecimentos optantes pelo SIMPLES.” (Processo nº 10882.900434/2010-67; Acórdão nº 3402-007.299; Relator Conselheiro Pedro Sousa Bispo; sessão de 29/01/2020)

“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)

Período de apuração: 01/01/2005 a 31/03/2005

CRÉDITO. AQUISIÇÃO DE INSUMO DE EMPRESA INSCRITA NO SIMPLES. IMPOSSIBILIDADE.

A aquisição de insumo de empresa inscrita no SIMPLES não permite o aproveitamento de crédito de IPI, mesmo que destacado na Nota Fiscal.

Recurso Voluntário Negado.” (Processo nº 10880.673132/2009-97; Acórdão nº 3002-000.863; Relator Conselheiro Carlos Alberto da Silva Esteves; sessão de 17/09/2019)

Ademais, a decisão recorrida deixou claro que em pesquisa ao sistema CNPJ confirmou-se a informação de que tais empresas eram, à época, optantes do SIMPLES.

Não trouxe a Recorrente nenhum elemento probatório apto a derruir os argumentos da decisão que ataca.

Na matéria atinente ao crédito de IPI de fornecedor com CNPJ cancelado, a decisão recorrida pontua com acerto a questão, conforme a seguir reproduzido:

“Com relação às irregularidades dos créditos por motivo de estabelecimento emitente da NF na situação de CANCELADO no cadastro CNPJ, observa-se no próprio Comprovante de Inscrição em CNPJ apresentado pelo contribuinte, que tal empresa estava com situação cadastral Baixada desde 28/06/2002 (fls. 198). Tal é corroborado pela Certidão de Baixa de Inscrição no CNPJ apresentada (fls. 199). Em pesquisa ao sistema CNPJ confirmou-se tal informação. Portanto, não assiste razão ao contribuinte em sua manifestação, sendo procedente a irregularidade apontada.”

Nada alegou de novo a Recorrente para modificar tal entendimento.

Em consulta ao sítio eletrônico da Receita Federal efetivada por este Conselheiro relator, conforme Certidão de Baixa de Inscrição do CNPJ adiante reproduzida, tem-se que a baixa da empresa fornecedora ocorreu em 28/06/2002, ou seja, em data muito anterior a das notas fiscais glosadas, emitidas em 24/09/2004 e 08/10/2004, conforme consignado no Despacho Decisório.

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ			
		MINISTÉRIO DA FAZENDA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
		CERTIDÃO DE BAIXA DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	
NÚMERO DO CNPJ 57.641.714/0006-00		DATA DA BAIXA 28/06/2002	
DADOS DO CONTRIBUINTE			
NOME EMPRESARIAL PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA			
ENDEREÇO			
LOGRADOURO VAR LUCAS N.GARCEZ		NÚMERO 2181	
COMPLEMENTO *****		BARRIO OU DISTRITO DA ESPERANCA	
MUNICÍPIO JACAREI		CEP 12.315-310	
		UF SP	
		TELEFONE	
MOTIVO DE BAIXA			
INCORPORACAO			
Certifico a baixa da inscrição no CNPJ acima identificada, ressalvado aos órgãos convenientes o direito de cobrar quaisquer créditos tributários posteriormente apurados.			
Emitida para os efeitos da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.			
Emitida às 12:46:59, horário de Brasília, do dia 01/10/2020 via Internet			
UNIDADE CADASTRADORA: 0812001 - JACAREI			

O CARF possui jurisprudência pacífica na matéria:

“Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI

Período de apuração: 01/04/2004 a 30/06/2004

(...)

PER/DCOMP. DESPACHO DECISÓRIO ELETRÔNICO. CNPJ DA EMPRESA FORNECEDORA. CADASTRO IRREGULAR.

São insuscetíveis de aproveitamento na escrita fiscal os créditos concernentes a notas fiscais de aquisição de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagens emitidas por estabelecimento não cadastrado no CNPJ.

PER/DCOMP. DESPACHO DECISÓRIO ELETRÔNICO. CNPJ DA EMPRESA FORNECEDORA. CNPJ CANCELADO.

São insuscetíveis de aproveitamento na escrita fiscal os créditos concernentes a notas fiscais de aquisição de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagens emitidas por estabelecimento na situação de cancelado no CNPJ.”
(Processo n.º 10920.903639/2009-67; Acórdão n.º 3003-000.247; Relator Conselheiro Vinícius Guimarães; sessão de 17/04/2019)

“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)

Período de apuração: 01/07/2003 a 30/09/2003

PER/DCOMP. DESPACHO DECISÓRIO ELETRÔNICO. CNPJ DA EMPRESA FORNECEDORA. CNPJ CANCELADO.

São insuscetíveis de aproveitamento na escrita fiscal os créditos concernentes a notas fiscais de aquisição de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagens emitidas por estabelecimento na situação de cancelado no CNPJ.” (Processo n.º 10980.902173/2006-25; Acórdão n.º 3402-007.554; Relator Conselheiro Pedro Sousa Bispo; sessão de 29/07/2020)

No que tange à matéria de verificação de uso integral ou parcial, na escrita fiscal, do saldo credor passível de ressarcimento em períodos subsequentes ao trimestre em referência, até a data da apresentação do PER/DCOMP, de igual modo, não tem razão a Recorrente.

No Recurso Voluntário não trouxe a Recorrente nenhum argumento e elemento probatório hábeis a contrapor o decidido em 1ª instância. Assim, adoto como razões de decidir o voto condutor da decisão recorrida:

“Quanto à constatação de utilização integral ou parcial, na escrita fiscal, do saldo credor passível de ressarcimento em períodos subsequentes ao trimestre em referência, até a data da apresentação do PER/DCOMP, a manifestação limita-se a dizer que os fundamentos que balizam o despacho decisório não tem qualquer fundamentação fática. Entretanto, tal não é verdade. A constatação de utilização do saldo credor passível de ressarcimento está no DDE, em especial no Demonstrativo da Apuração após o Período do Ressarcimento, demonstrando que parte daquele saldo credor foi utilizado em períodos posteriores. Portanto, não assiste razão ao contribuinte em sua manifestação.”

Não trouxe a Recorrente aos autos elementos de prova quanto ao alegado. Ciente das razões que levaram ao indeferimento do seu pleito, a Recorrente interpôs o Recurso Voluntário, contudo, sem que tivesse apresentado nesta oportunidade qualquer documento adicional apto a comprovar o seu direito creditório.

Nos termos do art. 373 do Código de Processo Civil, o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Humberto Teodoro Júnior sobre a prova ensina que:

“Não há um dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados dos quais depende a existência de um direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente.” (Humberto Teodoro Junior, in Curso de Direito Processual Civil, 41ª ed., v. I, p. 387)

Assim, via de regra, cabe a quem pleiteia, provar os fatos alegados, garantindo-se à outra parte infirmar tal pretensão com outros elementos probatórios.

Pelo contido no despacho decisório e na decisão recorrida, compreende-se que o crédito não foi reconhecido em sua íntegra por ter sido constatado a utilização na escrita fiscal, do saldo credor passível de ressarcimento em períodos subsequentes ao trimestre em referência. Ocorre que a Recorrente, em seu recurso, limitou-se a apresentar argumentos genéricos, insistindo na existência de suposto direito creditório, contudo, sem que indicasse qual o equívoco constante da decisão recorrida.

Nesse contexto, resta forçoso concluir que a Recorrente não se desincumbiu do seu ônus probatório, pelo que deve ser mantida a decisão recorrida.

Diante do exposto, voto por negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Leonardo Vinicius Toledo de Andrade

